

A ÁGUA COMO BEM COMUM: Uma Revisão Integrativa da Literatura Internacional

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.13479>

Submetido em: 27/6/2022

Aceito em: 8/12/2022

Camila de Assis Silva¹, José Roberto Pereira², Valderí de Castro Alcântara³

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o entendimento da água como bem comum em estudos internacionais a partir de uma revisão integrativa. Na metodologia utilizou-se a revisão integrativa da literatura por meio de buscas nas bases de dados *Web of Science* e *Scopus*. A princípio foram encontrados 188 trabalhos publicados nos últimos 10 anos. Considerando, contudo, os critérios preestabelecidos, foram analisados 25 artigos, os quais permitiram atender ao objetivo proposto. Nos resultados apresentou-se uma síntese de como os autores têm tratado a água a partir da perspectiva do bem comum na literatura internacional. Além disso, emergiram sete categorias de análise da leitura dos artigos, a saber: 1 – Bens comuns; 2 – Governança hídrica; 3 – Gestão de recursos hídricos; 4 – Direito à água; 5 – Privatização da água; 6 – Movimentos sociais e ação coletiva e 7 – Políticas públicas. As categorias revelaram entendimentos e disputas em torno das águas em diversos países e as diferentes perspectivas do bem comum.

Palavras-chave: bens comuns; revisão integrativa; crise hídrica; gestão das águas.

WATER AS A COMMON GOOD: AN INTEGRATIVE REVIEW OF THE INTERNATIONAL LITERATURE

ABSTRACT

The present work aims to analyze the understanding of water as a common good in international studies, based on an integrative review. In the methodology, an integrative literature review was used, through searches in the *Web of Science* and *Scopus* databases. At first, 188 papers published in the last 10 years were found. However, considering the pre-established criteria, 25 articles were analyzed, which allowed meeting the proposed objective. In the results, a synthesis was presented of how the authors have treated water from the perspective of the common good in the international literature. In addition, seven analysis categories emerged from the reading of the articles, namely: 1 – Common goods; 2 – Water governance; 3 – Management of water resources; 4 – Right to water; 5 – Privatization of water; 6 – Social movements and collective action and 7 – Public policies. The categories revealed understandings and disputes around water in different countries and different perspectives of the common good.

Keywords: commons; integrative review; water crisis; water management.

¹ Universidade Federal de Lavras. Programa de Pós-Graduação em Administração. Lavras/MG, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/7306163039213169>. <https://orcid.org/0000-0001-7295-8988>.

² Universidade Federal de Lavras. Lavras/MG, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/9219649053207449>. <https://orcid.org/0000-0003-1570-2016>.

³ Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/2870598651094370>. <https://orcid.org/0000-0002-6698-0609>.

INTRODUÇÃO

O Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos do ano de 2019 mostrou que a utilização da água está aumentando de forma significativa no mundo, com uma taxa equivalente a 1% ao ano desde o decênio de 1980, o que está relacionado com o crescimento populacional, o desenvolvimento econômico e as modificações nos padrões de consumo (Connor; Uhlenbrook; Koncagül, 2019). Ademais, tem-se uma preocupação com a taxa de urbanização, que está cada vez mais crescente e impacta na questão hídrica (Sharma; Vairavamoorthy, 2009).

Estima-se que a demanda universal por água irá aumentar a uma taxa semelhante até o ano de 2050, acarretando um acréscimo de 20% a 30% em relação ao seu uso, sobretudo às demandas dos setores industrial e doméstico. Atualmente, de cada dez pessoas no mundo três não possuem nenhuma forma de acesso à água potável seguro (Connor; Uhlenbrook; Koncagül, 2019). Assim, “as tendências mundiais refletem um cenário de preocupação com a gestão das águas” (Yamamoto; Pereira; Alcântara, 2020, p. 16).

Dentro dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), o objetivo 6 trata da água potável e saneamento, buscando assegurar uma gestão sustentável (Yamamoto; Pereira; Alcântara, 2020). Nesse sentido, “a realização dos direitos humanos à água e ao saneamento exige que os serviços sejam disponíveis, físicos e financeiramente acessíveis, seguros e culturalmente aceitáveis” (Connor; Uhlenbrook; Koncagül, 2019, p. 2). Emergem, portanto, questões relevantes, como qualidade, acessibilidade, sustentabilidade e diferentes usos das águas.

Sobre a existência de diferentes usos, a própria Lei das Águas, nº 9.433, de janeiro de 1997, dispõe, em seu artigo 1º, que a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas (Brasil, 1997). De acordo com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), a utilização da água ocorre no abastecimento público, aquicultura, turismo e lazer, irrigação de lavouras, navegação, geração de energia, atividades industriais e extração mineral, dentre outros usos. Nesse cenário, cada atividade pode impactar em diferentes níveis a qualidade e a quantidade das águas. Além disso, os usos das águas possuem duas classificações, a saber: consuntivos, em que a água retirada é consumida (abastecimento humano, irrigação, indústria, etc.) e não consuntivos, em que a água não é consumida de forma direta (lazer, navegação, esporte, etc.) (Ministério do Desenvolvimento Regional, 2022).

Para Mendoza e Buesa (2021) a água é considerada um recurso vital para a sobrevivência de qualquer comunidade humana. A má gestão deste recurso valioso vem ocasionando várias crises hídricas no mundo. Reis e Carneiro (2021) e Mendoza e Buesa (2021) destacam que este problema afeta todo o planeta, principalmente as pessoas que vivem em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

A água potável é um direito humano básico, substancial para a vida das pessoas (Connor; Uhlenbrook; Koncagül, 2019). Nesse cenário, a água potável de qualidade, o saneamento básico, a saúde pública e o acesso à moradia são primordiais para uma vida digna (World Health Organization; The United Nations Children’s Fund, 2017). Em contrapartida, a população mundial, composta por mais de 7,7 bilhões de pessoas, tem enfrentado obstáculos relacionados

aos serviços de água e ao saneamento básico, pois estes não atendem a todos os indivíduos (Connor; Uhlenbrook; Koncagül, 2019).

A quantidade de água deve assistir a toda população, sem ocorrer a distinção ou exclusão das pessoas ao se tratar do acesso e da qualidade (Dowbor; Rodrigues, 2017). De um lado, porém, estão as grandes corporações que se apropriam da governança hídrica, cenário em que a água é tratada como uma mercadoria, e, de outro, um conjunto de atores e movimentos que defendem que a água é um bem comum (Dowbor; Rodrigues, 2017). Recentemente foi aprovado o marco regulatório do saneamento básico (Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020). Nesse cenário ocorreram diversas controvérsias em torno do mesmo, dado que possibilitaria uma maior atuação do mercado privado das águas (Yamamoto, 2021).

Para ocorrer o reconhecimento da água como direito de todos os cidadãos e como bem comum, é necessário a inserção de medidas concretas do governo por meio de políticas públicas eficazes que estejam voltadas para a água (Melo; Gatto, 2014; Alcântara, 2018). Diante disso, as comunidades devem usufruir desse bem comum, e cabe ao Estado ser o seu guardião (Irigaray; Gorczewski, 2019).

Nesse contexto, o presente trabalho pretende enfatizar a água como bem comum. Diante do exposto, este estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: Como a gestão da água, considerada como bem comum, vem sendo tratada na literatura internacional ao longo dos últimos dez anos? Este trabalho, portanto, tem como objetivo analisar o entendimento da água como bem comum em estudos internacionais a partir de uma revisão integrativa.

Esta pesquisa justifica-se devido à relevância da temática abordada, observada a importância da água, que é vital para a sobrevivência dos indivíduos por se tratar de um assunto contemporâneo que precisa da atenção redobrada da sociedade e do governo, e por necessitar cada vez mais de pesquisas que direcionem o seu uso responsável (Melo; Gatto, 2014; Dowbor; Rodrigues, 2017; Alcântara, 2018; Irigaray; Gorczewski, 2019; Yamamoto, 2021). Nesse contexto, em 2010 a Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio da Resolução A/RES/64/292, declarou a água limpa e segura e o saneamento um direito humano essencial (ONU, 2010). A compreensão da água como um bem comum, ou seja, um bem que é direito de todos os cidadãos, é importante para a sociedade, posto que, embora a água seja analisada como direito, milhões de indivíduos ainda não possuem acesso ao saneamento básico e ao seu uso potável (Connor; Uhlenbrook; Koncagül, 2019).

Este trabalho está sistematizado em quatro seções. De início tem-se a introdução, que visa a contextualizar a pesquisa. Na sequência, a água é apresentada por meio de questões, conflitos e perspectivas. Posteriormente são abordados os procedimentos metodológicos utilizados. Em seguida são apresentados os resultados e a discussão. Na quinta seção são expostas as considerações finais, e, por fim, as referências bibliográficas.

ÁGUA: QUESTÕES, CONFLITOS E PERSPECTIVAS

As civilizações emergiram ao redor da água, um recurso natural que possui valor econômico, social e estratégico, com a responsabilidade de dar continuidade aos ecossistemas, além de ser fundamentado como um bem comum direcionado para todos os indivíduos (Gil, 2011; Gouveia; Pedrosa, 2015). Branco (2006) e Gouveia e Pedrosa (2015) lecionam que a

água é o recurso natural mais importante, insubstituível à vida no Planeta Terra. O ser humano depende deste bem para diversas atividades e, muitas vezes, não o utiliza de forma responsável, o que acarreta na sua falta e afeta a sua qualidade.

Para Dowbor, Rodrigues e Pinto (2018), um *bem comum* deve ser acessível a todos. Existem, no entanto, diversas experiências de *privatização das águas*, o que levou a conflitos em diversos países, envolvendo *movimentos sociais*, empresas privadas e governos. Várias organizações da sociedade civil vêm mobilizando e dando visibilidade ao lema “água não é mercadoria” (Alcântara, 2018). Nesse cenário, Mazzoni e Cicognani (2012) enfatizam que o conceito da água como bem comum está relacionado ao direito dos cidadãos em relação ao seu consumo, o que envolve a participação destes no seu monitoramento. Em especial, emerge a noção de *direito à água* (Bond, 2013; Schmidt; Mitchell, 2014).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (Unicef) determinaram, no ano de 2010, que a “água é um bem comum, um recurso natural e foi reconhecido como um direito humano universal, mesmo que centenas de milhões de pessoas não tenham acesso à água potável e segura” (Mazzoni; Cicognani, 2012, p. 1). Albuquerque (2010), Bakker (2007) e Mazzoni e Cicognani (2012) ressaltam, todavia, que ainda é baixo o número de pessoas que possuem interesse em conhecer as contribuições ou os prejuízos dos serviços hídricos relacionados à garantia do abastecimento apropriado de água para todos. Além disso, apenas uma minoria de indivíduos residentes em países desenvolvidos busca pelo engajamento voluntário em ações coletivas que estejam voltadas para a efetivação e defesa do *direito a água*.

De acordo com Shiva (2002) e Bakker (2007), a compreensão do bem comum direcionada para a água envolve as suas qualidades essenciais, um recurso primordial para a saúde e vida dos ecossistemas, que não pode ser substituído, especialmente quando associado às comunidades e ecossistemas por meio do ciclo hidrológico. Nesse cenário, Bakker (2007, p. 440) evidencia que “aqueles que promovem a visão ‘comum’ afirmam que a conservação da água é mais efetiva por meio da conscientização de uma ética ambiental, coletivista e solidária, o que poderá encorajar os seus usuários a não realizarem comportamentos desperdiçadores”.

Na visão de Kevany e Huisigh (2013), instrumentos legislativos podem ser aplicados na proteção dos direitos humanos e dos bens comuns. A água é essencial para a vida, e deve ser protegida como um recurso comum de forma que seja acordada como um bem público e enaltecida como um direito humano. Assim sendo, Huisigh e Mebratu (2000) e Kevany e Huisigh (2013) destacam que para ocorrer a sua proteção como um bem comum é necessária a inserção de estratégias que busquem resultados satisfatórios, amparadas por programas voltados para o desenvolvimento da sustentabilidade e prevenção das mudanças climáticas – existe, portanto, a necessidade de *políticas públicas* voltadas para a perspectiva da água como bem comum.

Com o passar dos anos as questões relacionadas à escassez de água e ao saneamento básico tornaram-se temas importantes de debates em todo o mundo. Nesse cenário, esses conflitos desencadearam posicionamentos internacionais significativos na busca de compreender e gerar soluções aos mesmos (Di Mauro, 2014). Desse modo, Calasans (2010) e Di Mauro (2014) destacam que o crescimento contínuo da população mundial, a disputa pelo

desenvolvimento e a industrialização, além do aumento da poluição cada vez mais evidente, constituem problemas fundamentais em relação ao futuro da água.

Em relação à utilização dos recursos hídricos, a Agência Nacional das Águas (ANA, 2013) e Cirilo e Almeida (2022) enfatizam que as políticas voltadas para esta questão proporcionam a avaliação da gestão de uma região específica. Para tanto, são relevantes estudos voltados para a *gestão de recursos hídricos* e a *governança hídrica* (Fisher *et al.*, 2010; Daneke; Mapedza; Amede, 2011; Venot, 2014; Dyckman, 2016; Kasymov; Hamidov; Hagedorn, 2021).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa foi utilizada uma revisão integrativa da literatura. De acordo com Torracco (2016), a revisão integrativa da literatura pode ser analisada como um formato de pesquisa que revisa, critica e sintetiza a literatura, relacionada a um tema determinado. Adotou-se, para a construção da revisão, a proposta de Botelho, Cunha e Macedo (2011). A proposta dos autores possui seis etapas, conforme o Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Etapas da revisão integrativa da literatura

1. Tema e seleção do problema	A primeira etapa serve como uma base norteadora para a concepção da revisão integrativa. Nesta etapa o pesquisador deverá definir o problema de pesquisa.
2. Instituição de critérios de inclusão e exclusão	Na busca por estudos relacionados ao tema de interesse nas bases de dados escolhidas, é necessário empregar critérios de inclusão e exclusão.
3. Identificação dos estudos	O pesquisador deverá realizar uma leitura detalhada dos trabalhos encontrados na busca, com ênfase nos títulos, resumos e palavras-chave.
4. Categorização dos estudos selecionados	Nesta etapa é necessário elaborar e utilizar a matriz de síntese, categorizar as informações, criar uma biblioteca de forma individual e analisar os estudos.
5. Análise e interpretação dos dados	O pesquisador deverá realizar a interpretação dos dados encontrados (Ganong, 1987) para desenvolver a discussão dos resultados. É necessário apresentar as lacunas dos trabalhos e apontar pesquisas futuras.
6. Apresentação da revisão e criação da síntese	Na última etapa, um documento que contenha a descrição minuciosa da revisão deve ser elaborado, além de sugestões para caminhos futuros.

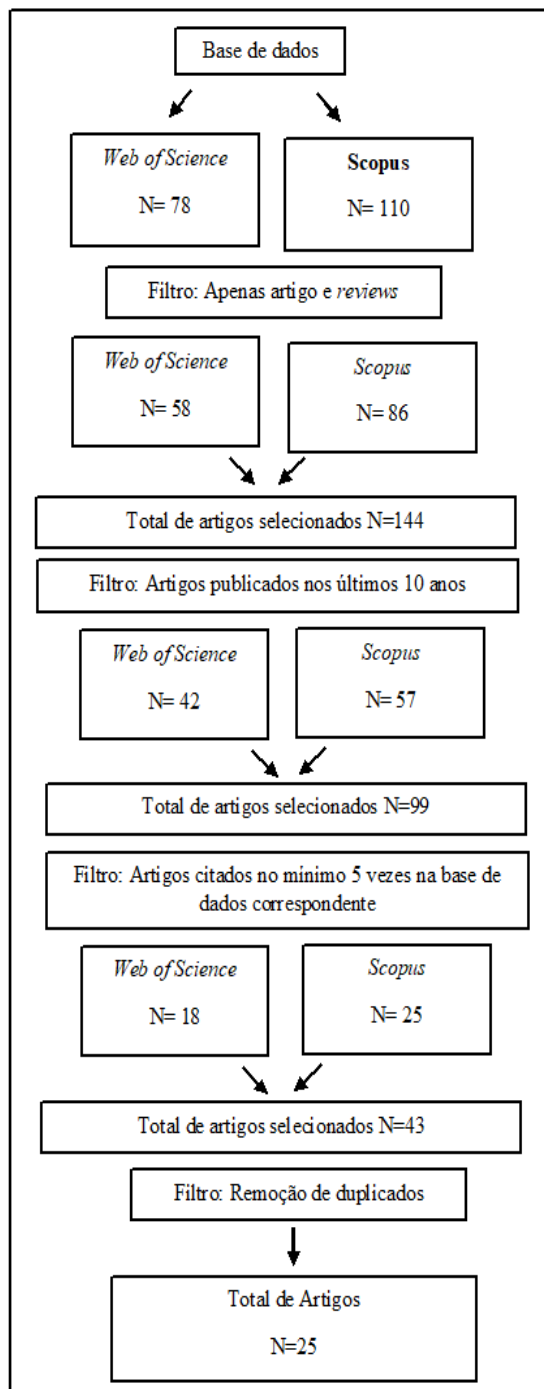
Fonte: Botelho; Cunha; Macedo (2011).

Para a coleta dos artigos foram escolhidas as bases de dados *Web of Science* e *Scopus* como fontes de dados, devido à relevância delas no âmbito nacional e internacional, por compilarem um número amplo da produção científica e por consistirem em mecanismos importantes de estudo. A primeira pesquisa foi realizada na *Web of Science*, no campo de busca avançada, da seguinte maneira: TI = (water) AND TI = (“common good*” OR “commons” OR “common_pool resources”). A segunda pesquisa foi realizada na base de dados *Scopus* da seguinte forma: TITLE (water) AND TITLE (“common_pool resources” OR {commons} OR {common good}). Buscou-se,

portanto, por palavras presentes nos títulos dos artigos. Os dados deste trabalho foram coletados no mês de junho de 2021.

Os critérios de inclusão (Figura 1) deste estudo consistiram em: 1) seleção de trabalhos que foram filtrados como artigos ou revisões na *Web of Science* e na *Scopus*; 2) seleção de estudos que foram publicados nos últimos 10 anos e; 3) artigos que foram citados no mínimo 5 vezes na base de dados correspondente. No final foram selecionados 25 artigos científicos.

Figura 1 – Fluxograma das etapas de seleção dos artigos



Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

Os artigos selecionados foram analisados por meio da análise de conteúdo. De acordo com Moraes (1999), é a análise utilizada para explicar e interpretar o conteúdo que está presente nos textos e documentos. Para isso, foram criadas 7 categorias de análise: 1 – Bens comuns; 2 – Governança hídrica; 3 – Gestão de recursos hídricos; 4 – Direito à água; 5 – Privatização da água; 6 – Movimentos sociais e ação coletiva; e 7 – Políticas públicas. Antes de discutir as categorias, buscou-se descrever brevemente os 25 artigos selecionados, apresentando título, autoria, ano, periódico e número de citações (Tabelas 1 e 2).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Descrição dos artigos selecionados

Na Tabela 1 são apresentados os dados dos artigos que foram selecionados na base de dados *Web of Science*: título, autor(es), ano e o número de vezes em que o trabalho foi citado (Cit.) na base. Na análise dos estudos extraídos da *Web of Science* é possível verificar que foram escolhidos 18 artigos que estavam de acordo com a temática proposta por este trabalho. Observa-se que os artigos foram publicados em jornais de diversas áreas, como sustentabilidade, psicologia social, antropologia, ecologia, agricultura experimental, entre outras. Em geral, predomina a área de ciências ambientais. No ano de 2013 ocorreu o maior número de publicações na *Web of Science* (5 artigos).

Tabela 1 – Dados dos artigos selecionados na *Web of Science*

Título do artigo	Autoria (ano)	Periódico	Cit.
<i>Impact of climate and land use changes on water and food security in Jordan: implications for transcending “the tragedy of the commons”</i>	Al-Bakri et al. (2013)	<i>Sustainability</i>	33
<i>Water as a commons: an exploratory study on the motives for collective action among Italian water movement activists</i>	Mazzoni e Cicognani (2012)	<i>Journal of Community & Applied Social Psychology</i>	27
<i>Governance of the irrigation commons under integrated water resources management – A comparative study in contemporary rural China</i>	Yu et al. (2016)	<i>Environmental Science & Policy</i>	19
<i>Protecting the commons: water, culture, and nature: the commons movement in the Italian struggle against neoliberal governance</i>	Mattei (2013)	<i>The South Atlantic Quarterly</i>	17
<i>Water and the commons imaginary</i>	Wagner (2012)	<i>Current Anthropology</i>	16
<i>The Italian water movement and the politics of the commons</i>	Carrozza e Fantini (2016)	<i>Water Alternatives</i>	15
<i>Property and the right to water: toward a non-liberal commons</i>	Schmidt e Mitchell (2014)	<i>Review of Radical Political Economics</i>	15
<i>“Day Zero”, hydraulic citizenship and the defence of the commons in Cape Town: a case study of the politics of water and its infrastructures (2017-2018)</i>	Robins (2019)	<i>Journal of Southern African Studies</i>	14
<i>From the water commons movement to the commonification of the public realm</i>	Fattori (2013)	<i>The South Atlantic Quarterly</i>	13

<i>Developing the water commons? The (post)political condition and the politics of “shared giving” in Montana</i>	Anderson et al. (2016)	<i>Geoforum</i>	12
<i>Using the concept of common pool resources to understand community perceptions of diverse water sources in Adelaide, South Australia</i>	Leonard, Walton e Farbotko (2015)	<i>Water Resources Management</i>	9
<i>Commodification and ‘the commons’: the politics of privatising public water in Greece and Portugal during the Eurozone crisis</i>	Bieler e Jordan (2017)	<i>European Journal of International Relations</i>	8
<i>Rethinking commons management in Sub-Saharan West Africa: public authority and participation in the agricultural water sector</i>	Venot (2014)	<i>Water International</i>	8
<i>User self-governance in a complex policy design for managing water commons in Japan</i>	Sarker et al. (2014)	<i>Journal of Hydrology</i>	7
<i>Scaling up but losing out? Water commons dilemmas between transnational movements and grassroots struggles in Latin America</i>	Dupuits et al. (2020)	<i>Ecological Economics</i>	6
<i>Water rights, commons and advocacy narratives</i>	Bond (2013)	<i>South African Journal on Human Rights</i>	6
<i>Community, common-pool resources and socio-ecological systems: water management and community building in Southern Spain</i>	Ruiz-Ballesteros e Gálvez-García (2014)	<i>Human Ecology</i>	5
<i>Institutional implications of governance of local common pool resources on livestock water productivity in Ethiopia</i>	Daneke, Mapedza, e Amede (2011)	<i>Experimental Agriculture</i>	5

Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

Ao se tratar dos trabalhos mais citados, pode-se destacar o artigo *Impact of climate and land use changes on water and food security in Jordan: implications for transcending the tragedy of the commons*, publicado no periódico *Sustainability*, citado 33 vezes. O objetivo do artigo foi investigar o impacto das mudanças climáticas nos recursos hídricos e na segurança alimentar na Jordânia. Os resultados demonstraram que as demandas voltadas para a insegurança alimentar e escassez de água podem ser intensificadas devido às mudanças climáticas e ao crescimento da população.

O segundo artigo mais citado na Base foi o *Water as a commons: an exploratory study on the motives for collective action among Italian water movement activists*, publicado no *Journal of Community & Applied Social Psychology*. O objetivo do artigo foi apresentar um estudo exploratório para identificar o leque de motivos da ação coletiva compartilhados por ativistas do movimento italiano pela água pública. Os resultados demonstram a relevância dos princípios morais e do senso de comunidade na realização da ação coletiva.

O terceiro trabalho mais citado foi o *Governance of the irrigation commons under integrated water resources management: a comparative study in contemporary rural China*, publicado no *Journal Environmental Science & Policy*. O artigo avaliou dois padrões-chave de instituições de irrigação sob a reforma da gestão integrada de recursos hídricos, utilizando os estudos de Elinor Ostrom. Os autores concluíram que o capital social e a ação coletiva são responsáveis pelo comportamento dos usuários de água e pelo desenvolvimento das organizações locais de irrigação.

Na Tabela 2 são apresentados os dados dos artigos que foram selecionados na base de dados *Scopus*. Na análise dos artigos extraídos da *Scopus* é possível verificar que foram incluídos sete artigos. Os artigos também foram publicados em jornais de diversas áreas: economia, administração pública, ecologia, entre outras.

Tabela 2 – Dados dos artigos selecionados na *Scopus*

Título	Autoria (ano)	Periódico	Cit.
<i>Common pool resource management and PES: lessons and constraints for water PES in Tanzania</i>	Fisher <i>et al.</i> (2010)	<i>Ecological Economics</i>	71
<i>Left high and dry? climate change, common-pool resource theory, and the adaptability of western water compacts</i>	Schlager e Heikkila (2011)	<i>Public Administration Review</i>	47
<i>Building participatory organizations for common pool resource management: water user group promotion in Indonesia</i>	Ricks (2016)	<i>World Development</i>	21
<i>Household-level heterogeneity of water resources within common-pool resource systems</i>	McCord <i>et al.</i> (2017)	<i>Ecology and Society</i>	12
<i>Transformation in common-pool resources management in Central Asia</i>	Kasymov, Hamidov e Hagedorn (2021)	<i>International Journal of The Commons</i>	6
<i>Sustaining the commons: the coercive to cooperative, resilient, and adaptive nature of state comprehensive water planning legislation</i>	Dyckman (2016)	<i>Journal of the American Planning Association</i>	5
<i>Linking resource users perceptions and collective action in commons management: an examination of water supply systems in Southern Senegal</i>	Hanatani e Fuse (2012)	<i>Water Policy</i>	5

Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

Ao se tratar dos artigos mais citados, pode-se destacar o artigo *Common pool resource management and PES: lessons and constraints for water PES in Tanzania*, publicado no *Ecological Economics*, citado 71 vezes. O objetivo do artigo consistiu em discutir as principais descobertas da literatura referentes ao gerenciamento de recursos comuns e como elas se relacionam com o uso dos pagamentos por serviços ecossistêmicos como ferramenta de gestão. Os autores mostram que existem diversas apreensões à criação de uma estrutura de pagamentos por serviços ecossistêmicos na Tanzânia.

O segundo artigo mais citado foi o *Left high and dry? Climate change, common-pool resource theory, and the adaptability of western water compacts*, publicado no *Public Administration Review*. O texto apresentou como a teoria dos recursos comuns aplica-se e concluiu que essa teoria, empregada em arranjos institucionais, oferece um ponto de partida para examinar fragilidades, aptidões para adaptações e soluções institucionais às mudanças climáticas. Por fim, o terceiro trabalho mais citado foi o *Building participatory organizations for common pool*

resource management: water user group promotion in Indonesia, publicado no *Journal World Development*. O objetivo do artigo foi realizar um estudo comparativo entre três distritos da Indonésia e uma pesquisa com 92 grupos de usuários de água. O autor do artigo expôs que quando a irrigação possui importância política, os políticos locais pressionam os burocratas a se relacionarem de uma forma melhor com os agricultores.

Categorias associadas à questão das águas como bem comum

Analisando os artigos emergiram sete categorias teóricas associadas com a questão das águas, a saber: 1 – Bens comuns; 2 – Governança hídrica; 3 – Gestão de recursos hídricos; 4 – Direito à água; 5 – Privatização da água; 6 – Movimentos sociais e ação coletiva e 7 – Políticas públicas. Na Tabela 3 encontram-se os artigos agrupados nas categorias.

Tabela 3 – Categorização dos artigos

Categoria	Artigos	Citação
Bens comuns	<i>Water and the commons imaginary</i>	Wagner (2012)
	<i>Using the concept of common pool resources to understand community perceptions of diverse water sources in Adelaide, South Australia</i>	Leonard, Walton e Farbotko (2015)
	<i>Building participatory organizations for common pool resource management: water user group promotion in Indonesia</i>	Ricks (2016)
	<i>Left high and dry? climate change, common-pool resource theory, and the adaptability of western water compacts</i>	Schlager e Heikkila (2011)
Governança hídrica	<i>Governance of the irrigation commons under integrated water resources management – A comparative study in contemporary rural China</i>	Yu et al. (2016)
	<i>User self-governance in a complex policy design for managing water commons in Japan</i>	Sarker et al. (2014)
	<i>Institutional implications of governance of local common pool resources on livestock water productivity in Ethiopia</i>	Daneke, Mapedza e Amede (2011)
Gestão de recursos hídricos	<i>Common pool resource management and PES: lessons and constraints for water PES in Tanzania</i>	Fisher et al. (2010)
	<i>Transformation in common-pool resources management in Central Asia</i>	Kasymov, Hamidov e Hagedorn (2021)
	<i>Sustaining the commons: the coercive to cooperative, resilient, and adaptive nature of state comprehensive water planning legislation</i>	Dyckman (2016)
	<i>Impact of climate and land use changes on water and food security in Jordan: implications for transcending the tragedy of the commons</i>	Al-Bakri et al. (2013)
	<i>Rethinking commons management in Sub-Saharan West Africa: public authority and participation in the agricultural water sector</i>	Venot (2014)
	<i>Household-level heterogeneity of water resources within common-pool resource systems</i>	McCord et al. (2017)

Movimentos sociais e ação coletiva	<i>Protecting the commons: water, culture, and nature. The commons movement in the italian struggle against neoliberal governance</i>	Mattei (2013)
	<i>From the water commons movement to the commonification of the public realm</i>	Fattori (2013)
	<i>Scaling up but losing out? Water commons' dilemmas between transnational movements and grassroots struggles in Latin America</i>	Dupuits et al. (2020)
	<i>The italian water movement and the politics of the common</i>	Carrozza e Fantini (2016)
	<i>Water as a commons: an exploratory study on the motives for collective action among italian water movement activists</i>	Mazzoni e Cicognani (2012)
	<i>Community, common-pool resources and socio-ecological systems: water management and community building in southern Spain</i>	Ruiz-Ballesteros e Gálvez-Garcia (2014)
	<i>Linking resource users perceptions and collective action in commons management – an examination of water supply systems in southern Senegal</i>	Hanatani e Fuse (2012)
Políticas públicas	<i>“Day Zero”, hydraulic citizenship and the defence of the commons in cape town: a case study of the politics of water and its infrastructures (2017-2018)</i>	Robins (2019)
	<i>Developing the water commons? The (post)political condition and the politics of shared giving in Montana</i>	Anderson et al. (2016)
Direito à água	<i>Property and the right to water: toward a non-liberal commons</i>	Schmidt e Mitchell (2014)
	<i>Water rights, commons and advocacy narratives</i>	Bond (2013)
Privatização da água	<i>Commodification and “the commons”: the politics of privatising public water in Greece and Portugal during the Eurozone crisis</i>	Bieler e Jordan (2017)

Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

Na categoria “1 – Bens comuns” o trabalho de Wagner (2012) enfatizou que o termo bens comuns passou a constituir uma espécie de imaginário social com implicações políticas e éticas, especialmente no que diz respeito à gestão da água. Leonard, Walton e Farbotko (2015) analisaram as discussões de um grupo de usuários de água sobre as vantagens e desvantagens das diversas fontes de água em Adelaide, Austrália, em relação ao sistema de água urbano com acesso comum. Nos resultados foi possível observar que as fontes de água foram consideradas fontes limitadas associadas a ecossistemas, e como recursos comuns são vulneráveis ao esgotamento.

Ricks (2016) realizou uma análise dos Estados que estão se esforçando para criar organizações locais participativas para a gestão conjunta de recursos comuns. Os resultados demonstraram que os contextos políticos locais condicionam a eficácia das políticas de irrigação participativa. Quando a irrigação é politicamente importante, os políticos locais pressionam os burocratas para se envolverem efetivamente com os agricultores. Os dados também mostraram que os programas de treinamento não são tão eficazes para aumentar a atividade das organizações de usuários de água ao se tratar do contato frequente entre burocratas e agricultores. Por fim, Schlager e Heikkila (2011) utilizaram da lógica da teoria dos recursos comuns para avaliar a vulnerabilidade e a adaptabilidade às mudanças climáticas de compactos fluviais interestaduais e oferecer recomendações para lidar com as mudanças. Os autores mostraram que a teoria dos recursos comuns, com ênfase no desenho e no desempenho de arranjos institucionais, fornece

um ponto de partida útil para avaliar vulnerabilidades, capacidade de adaptação e respostas institucionais às mudanças climáticas.

Na categoria “2 – Governança hídrica”, Yu *et al.* (2016) avaliaram dois padrões-chave de instituições de irrigação sob a reforma da gestão integrada de recursos hídricos, a saber: contratação privada e gestão coletiva por meio dos princípios de Ostrom (1990). Os resultados enfatizaram que esses princípios são relevantes, mas insuficientes para avaliar as instituições locais de irrigação no contexto chinês, no qual a ação coletiva e o capital social são relevantes para perseguir interesse próprios.

Sarker *et al.* (2014) apresentaram um projeto político que compreende políticas flexíveis ao invés de uma escolha rígida para tratar questões do uso excessivo da água. Com base na experiência da gestão de água de irrigação no Japão, os autores expuseram que um projeto de política complexo, adaptado para facilitar a autonomia do usuário, fortalece ainda mais a autogovernança e fornece aos pesquisadores uma visão da melhoria de arranjos institucionais autônomos.

Daneke, Mapedza e Amede (2011) analisaram instituições e estruturas de governança em âmbitos locais que envolvem a água e a governança de pastagens no mercado misto de sistemas agrícolas do Estado Regional de Amhara, Etiópia. Os estudos de caso forneceram evidências de que a desigualdade na distribuição de terras agrícolas irrigáveis impede o bom funcionamento da irrigação e, conseqüentemente, reduz o benefício potencial que poderia ser obtido com a cooperação entre os fazendeiros que utilizam a mesma água.

Na categoria “3 – Gestão de recursos hídricos”, Fisher *et al.* (2010) discutiram descobertas sobre recursos comuns e suas relações com o uso de pagamentos por serviços ecossistêmicos como ferramenta de gestão. Os resultados mostraram que essas descobertas lançam luz sobre problemas de efetivação de pagamentos por serviços ecossistêmicos e forneceram um guia útil com considerações importantes para os seus usuários, especialmente em contextos semelhantes aos da África Oriental. Kasymov, Hamidov e Hagedorn (2021) abordaram reflexões sobre os processos de mudança institucional em países de transição em relação à utilização e gestão de recursos de uso comum relevantes para a subsistência de populações rurais. Os resultados esclareceram a associação entre regras e os seus efeitos sobre os direitos e deveres de propriedade no contexto do uso de pastagens. O estudo constatou que para alcançar o uso da gestão de recursos comuns de forma sustentável é necessário considerar as questões sociais como prioridades.

Dyckman (2016) analisou Estados que precisam de orientação para adotar uma legislação abrangente de planejamento hídrico que contemple o planejamento urbano. Nos resultados foram identificados 26 Estados com legislação abrangente de planejamento hídrico, e constatou-se que a maioria destes equilibram abordagens coercitivas e cooperativas para alcançar planos hídricos estaduais e subestaduais, embora a pesquisa sugira que o planejamento é mais eficaz quando a legislação é mais cooperativa. Al-Bakri *et al.* (2013) investigaram os impactos das mudanças climáticas e do uso da terra em relação aos recursos hídricos e à segurança alimentar na Jordânia. Os resultados indicaram que os problemas de escassez de água e a insegurança alimentar seriam exacerbados pelas mudanças climáticas e pelo crescimento populacional. Para escapar da tragédia dos recursos comuns é necessário a inserção de medidas adaptativas para reduzir tais problemas.

Venot (2014) utilizou como base um estudo de caso de pequenos reservatórios em dois países da África Ocidental – Burkina Faso e Gana. O autor apontou as limitações de visões estreitas sobre os bens comuns e a participação, sem levar em conta o pluralismo e as bricolagens institucionais que caracterizam a gestão dos recursos naturais. Diante disso, as tentativas de intervenção institucional devem ser baseadas em uma compreensão mais profunda das relações sociais e dos processos de tomadas de decisão. Por fim, McCord *et al.* (2017) concentraram-se nos sistemas de irrigação, em que os usuários concordam com a criação de arranjos de gestão que distribuem recursos hídricos entre eles. Foi identificada uma série de princípios de *design* que tendem a levar a gestão sustentada da água a longo prazo. A heterogeneidade dos recursos hídricos dentro desses sistemas tem implicações para os meios de subsistência por constituir um elemento social, tecnológico e/ou biofísico que facilita ou prejudica o fornecimento de água.

Na categoria “4 – Direito à água” o trabalho de Schmidt e Mitchell (2014) examinou a mudança de propriedade em argumentos sobre os bens comuns e o direito humano à água. Diante disso, foram identificados compromissos com o liberalismo nas abordagens econômica e política à propriedade e aos direitos humanos. Além disso, foi desenvolvida uma matriz para identificar as concepções não liberais dos bens comuns, o que mostrou um potencial para a política agonística, em que os direitos humanos são compatíveis com as sensibilidades ecológicas. Bond (2013) analisou um caso específico que envolve uma empresa de privatização da água com sede em Paris.

Na categoria “5 – Privatização da água”, Bieler e Jordan (2017) avaliaram, de forma comparativa, as lutas contra a privatização da água na Grécia e em Portugal, tendo como pano de fundo as condições estruturantes em torno da crise da Zona Euro. O estudo enfatizou como a resposta da política de privatização não é simplesmente uma solução técnica para buscar uma saída da crise, mas é uma expressão de um projeto histórico mais amplo de abertura de novas áreas mercantilistas e acumulação de capital.

Na categoria “6 – Movimentos sociais e ação coletiva”, Fattori (2013) tratou de um caso em que o povo italiano se uniu em defesa comum contra a privatização da gestão da água. O trabalho indicou que a comunificação dos bens e serviços públicos é uma das principais áreas de experimentação e pressão de movimentos que podem levar ao nascimento de laboratórios interessantes, como no caso de Nápoles. Carrozza e Fantini (2016) contribuíram para o debate sobre os recursos comuns como estratégia política para combater a privatização dos serviços de água com foco na experiência do Movimento Italiano pela Água. A análise dos autores enfatizou a polissemia da noção de recursos comuns, sua complementaridade com o direito humano à água e sua sobreposição com a ideia de público. A noção de recursos comuns, no entanto, apresentou desafios na hora de se traduzir em estruturas específicas de governança e gestão.

Mazzoni e Cicognani (2012) apresentaram um estudo exploratório para identificar os motivos para a ação coletiva compartilhada por ativistas do Movimento Italiano pela Água Pública. As descobertas forneceram mais suporte para as convicções morais e senso de comunidade no desenvolvimento da ação coletiva, e sugeriram uma reconsideração crítica do papel desempenhado pela eficácia coletiva. Ruiz-Ballesteros e Gálvez-García (2014) enfatizaram uma relação recursiva entre a gestão dos recursos comuns e o processo de construção da comunidade, mostrando como a interação social desenvolveu-se a fim de gerenciar um recurso específico, a saber: irrigação, que possui um impacto significativo na construção da comunidade

em um local heterogêneo, polarizado e vulnerável; portanto, não apenas a comunidade produz gestão coletiva, mas também a gestão coletiva de recursos comuns pode produzir comunidade.

Por fim, Hanatani e Fuse (2012) examinaram o que motiva os usuários de recursos hídricos a contribuírem para a gestão da infraestrutura do sistema de abastecimento de águas pagando as suas tarifas. Os resultados da análise de regressão logística indicaram que os usuários que preferem a água do poço estão satisfeitos com os serviços prestados e têm maior probabilidade de pagar as tarifas em relação a outros indivíduos.

Na categoria “7 – Políticas públicas”, Robins (2019) enfatizou como a seca e a crise hídrica na Cidade do Cabo nos anos de 2017 e 2018 criaram condições para o aumento da visibilidade e conscientização pública sobre a água. A pesquisa apontou como a ameaça de colapso total do sistema de água e saneamento durante a seca contribuiu para tornar a água e suas infraestruturas politicamente legíveis e as disparidades de infraestrutura mais visíveis. Anderson *et al.* (2016) narraram mecanismos retóricos que fomentaram um repensar potencialmente radical dos direitos e propriedade da água no oeste dos EUA, mobilizando os funcionários do Estado.

Por meio do estudo das categorias de análise é possível constatar que na categoria 5 – “Privatização da água”, foi alocado apenas um artigo, o que não quer dizer que esta categoria é menos importante em relação às demais, mas que, de acordo com as nossas análises, apenas um artigo foi enquadrado na mesma. A categoria “3 – Gestão de recursos hídricos” apresentou o maior número de trabalhos (seis artigos). Os estudos dessa categoria trouxeram as implicações da gestão de recursos hídricos em alguns países. Esta revisão integrativa da literatura, realizada nas bases de dados *Web of Science* e *Scopus*, mostra que a água como bem comum está sendo tratada na literatura pesquisada de diversas formas. Diante disso, por meio da leitura dos 25 trabalhos escolhidos e das categorias de análise criadas a partir das leituras dos artigos, pode-se destacar que quatro trabalhos enfatizaram a luta pela água como bem comum, por meio de movimentos sociais e ações coletivas por parte da população.

A pesquisa retratou diversas perspectivas relacionadas à água como bem comum. Sendo assim, estudos voltados para este tema foram publicados em diversas áreas, países e perspectivas que demonstram que o termo é multifacetado e interdisciplinar. As categorias propostas neste estudo podem contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas em relação ao tema no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou analisar o entendimento da água como bem comum em estudos internacionais a partir de uma revisão integrativa. Na metodologia utilizou-se a revisão integrativa da literatura por meio de buscas nas bases de dados *Web of Science* e *Scopus*. Nos resultados foi apresentada uma síntese de como os autores têm tratado a água como bem comum na literatura internacional. Além disso, emergiram sete categorias de análise da leitura dos artigos, a saber: 1 – Bens comuns; 2 – Governança hídrica; 3 – Gestão de recursos hídricos; 4 – Direito à água; 5 – Privatização da água; 6 – Movimentos sociais e ação coletiva e 7 – Políticas públicas. As categorias revelam entendimentos e disputas em torno das águas e das suas perspectivas como bem comum.

No que se refere à categoria 1 – Bens comuns, os autores enfatizaram os desafios políticos e éticos enfrentados por usuários em relação à utilização da água. A categoria 2 – Governança hídrica, indicou a importância de uma boa gestão de recursos hídricos para o uso desse bem comum. Na 3 – Gestão de recursos hídricos foi apresentada a relevância da utilização correta de recursos hídricos, seja no cenário urbano ou rural, o que irá impactar diretamente na vida de seus usuários. A categoria 4 – Direito à água, apresentou políticas de direito à água e os seus impactos para os países.

A categoria 5 – Privatização da água, mostrou as lutas contra a privatização, tendo como resposta a política de privatização. Na categoria 6 – Movimentos sociais e ação coletiva, foram enfatizadas as lutas e a participação coletiva dos indivíduos na busca de acesso igualitário à água. Por fim, a categoria 7 – Políticas públicas, apontou para a importância da conscientização pública referente à água e os seus direitos e propriedades.

Conclui-se, também, que a água como bem comum está sendo mais discutida atualmente e em diversas áreas, no entanto ainda há uma carência de trabalhos referentes ao assunto na área de administração pública e economia. Outra contribuição da pesquisa consistiu no fornecimento de informações referentes à água como bem comum, o que poderá gerar novos conhecimentos para outros pesquisadores, que possuem interesse no campo, ao utilizar este trabalho como base. Sendo assim, a análise da literatura referente à água como bem comum ao longo dos anos poderá gerar *insights* sobre o tema. Além disso, este estudo poderá contribuir para o fortalecimento de políticas públicas voltadas para diversos contextos.

Como agenda futura de pesquisa, sugere-se novos estudos aprofundados da literatura em relação à temática proposta neste trabalho por meio de outras bases de dados, além de estudos empíricos que demonstrem como este assunto está sendo tratado na prática e quais são as suas implicações para a sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, ao Programa de Pós-graduação em Administração e a Universidade Federal de Lavras.

REFERÊNCIAS

- AL-BAKRI, J. T. *et al.* Impact of climate and land use changes on water and food security in Jordan: implications for transcending “the tragedy of the commons”. *Sustainability*, v. 5, p. 724-748, 2013.
- ALBUQUERQUE, C. *Report of the independent expert on the issue of human rights obligations related to access to safe drinking water and sanitation*. Genebra: UN Human Rights Council, 2010.
- ALCÂNTARA, V. de C. *Práticas de gestão das águas minerais e os movimentos deliberativos da gestão social no Circuito das Águas no Sul de Minas Gerais*. 2018. 235 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2018.
- ANA. Agência Nacional de Águas. *Conjuntura de recursos hídricos no Brasil: informe 2013*. Brasília: ANA, 2013.
- ANDERSON, M. B. *et al.* Developing the water commons? The (post)political condition and the politics of “shared giving” in Montana. *Geoforum*, v. 74, p. 147-157, 2016.
- BAKKER, K. The “commons” versus the “commodity”: alter-globalization, anti-privatization and the human right to water in the Global South. *Antipode*, v. 39, p. 430-455, 2007.

- BIELER, A.; JORDAN, J. Commodification and “the commons”: the politics of privatising public water in Greece and Portugal during the Eurozone Crisis. *European Journal of International Relations*, v. 22, p. 1-38, 2017.
- BOND, P. Water rights, commons and advocacy narratives. *South African Journal on Human Rights*, v. 29, n. 1, p. 125-143, 2013.
- BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.
- BRANCO, O. E. de A. Avaliação de disponibilidade hídrica: conceitos e aplicabilidade. *Revista Engenharia Sanitária e Ambiental*, 2006. Disponível em: ufjf.br/engsanitariaeambiental/files/2012/04/Disponibilidade-de-H%C3%ADdrica.pdf
- BRASIL. *Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997*. Dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos e outras providências. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm. Acesso em: 20 out. 2022.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. *Usos da água*. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/usos-da-agua>. Acesso em: 20 out. 2022.
- CALASANS, J. T. *Gestão de águas transfronteiriças*. Apostila e PowerPoint do Curso de Especialização em Gestão de Recursos Hídricos no Brasil. Instituto de Geografia/UFU. Uberlândia, 2010.
- CARROZZA, C.; FANTINI, E. The Italian water movement and the politics of the commons. *Water Alternatives*, v. 9, n. 1, p. 99-119, 2016.
- CIRILO, B. B.; ALMEIDA, O. T. de. Os limites à gestão de recursos hídricos no Estado do Pará: uma análise técnica. *Revista Desenvolvimento em Questão*, v. 20, n. 58, p. 1-19, 2022.
- CONNOR, R.; UHLENBROOK, S.; KONCAGÜL, E. *Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2019: Não deixar ninguém para trás*. Resumo Executivo. 2019. Disponível em: World Water Assessment Programme – WWAP, UN-Water: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000367303_por. Acesso em: 15 maio 2021.
- DANEKE, T. T.; MAPEDZA, E.; AMEDE, T. Institutional implications of governance of local common pool resources on livestock water productivity in Ethiopia. *Experimental Agriculture*, v. 47, p. 99-111, 2011.
- DI MAURO. Conflitos pelo uso da água. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n. 36, v. especial, p. 81-105, 2014.
- DOWBOR, L.; RODRIGUES, A. M. E. Administração de bens comuns: governança hídrica em disputa. In: CASTRO, J. E. (org.). *Water politics and management: findings from Africa, Asia, Europe and Latin America. Waterlat Gobacit Working Papers Thematic Area Series – TA3*, v. 4, n. 2, 2017.
- DOWBOR, L.; RODRIGUES, A. E.; PINTO, A. P. Re-appropriations of the commons: critical views on water governance. *Revista Rupturas*, v. 8, n. 2, p. 33-57, 2018.
- DUPUIITS, E. *et al.* Scaling up but losing out? Water commons dilemmas between transnational movements and grassroots struggles in Latin America. *Ecological Economics*, v. 172, p. 1-9, 2020.
- DYCKMAN, C. S. Sustaining the commons: the coercive to cooperative, resilient, and adaptive nature of state comprehensive water planning legislation. *Journal of the American Planning Association*, v. 82, n. 4, p. 327-349, 2016.
- FATTORI, T. From the water commons movement to the commonification of the public realm. *The South Atlantic Quarterly*, v. 112, n. 2, p. 377-387, 2013.
- FISHER, B. *et al.* Common pool resource management and PES: lessons and constraints for water PES in Tanzania. *Ecological Economics*, v. 69, p. 1.253-1.261, 2010.
- GANONG, L. H. Integrative reviews of nursing research. *Research in Nursing & Health*, Hoboken, v. 10, n. 1, p. 1-11, 1987.
- GIL, A. P. A. C. *O planejamento de recursos hídricos no actual contexto de incerteza: objetivos e metodologias*. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Técnica de Lisboa, obtenção para o grau de mestre em Engenharia Militar, 2011.
- GOUVEIA, R. L.; PEDROSA, I. V. Gestão das políticas governamentais para os recursos hídricos, Recife, Pernambuco, Brasil. *Revista Desenvolvimento em Questão*, v. 13, n. 32, p. 103-126, out./dez. 2015.
- HANATANI, A.; FUSE, K. Linking resource users perceptions and collective action in commons management: an examination of water supply systems in Southern Senegal. *Water Policy*, v. 14, p. 127-147, 2012.
- HUISINGH, D.; MEBRATU, D. Educating the educators as a strategy for enhancing education on Cleaner Production. *Journal of Cleaner Production*, v. 8, p. 439-442, 2000.

- IRIGARAY, M. C.; GORCZEWSKI, C. Água como bem comum: o reconhecimento de um direito humano. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 16., 2019. Santa Cruz do Sul. *Anais [...]*. Santa Cruz do Sul, 2019.
- KASYMOV, U.; HAMIDOV, A.; HAGEDORN, K. Transformation in common-pool resources management in Central Asia. *International Journal of the Commons*, v. 14, n. 1, p. 439–444, 2021.
- KEVANY, K.; HUISINGH, D. A review of progress in empowerment of women in rural water management decision-making processes. *Journal of Cleaner Production*, v. 60, p. 53-64, 2013.
- LEONARD, R.; WALTON, A.; FARBOTKO, C. Using the concept of common pool resources to understand community perceptions of diverse water sources in Adelaide, South Australia. *Water Resour Manage*, v. 29, p. 1.697-1.711, 2015.
- MATTEI, U. Protecting the commons: water, culture, and nature: the commons movement in the Italian struggle against neoliberal governance. *The South Atlantic Quarterly*, v. 112, n. 1, p. 366-376, 2013.
- MAZZONI, D.; CICOGNANI, E. Water as a commons: an exploratory study on the motives for collective action among Italian water movement activists. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, v. 23, p. 314-330, 2012.
- MCCORD, P. *et al.* Household-level heterogeneity of water resources within common-pool resource systems. *Ecology and Society*, v. 22, n. 1, p. 48, 2017.
- MELO, M. P.; GATTO, A. Água como bem comum no quadro de governança democrática: algumas reflexões críticas a partir das bases da economia ecológica e sobre a necessidade de um novo direito público. *Revista Novos Estudos Jurídicos*, v. 19, n. 1, p. 95-121, 2014.
- MENDOZA, K. P.; BUESA, C. B. La percepción de la falta de agua en las comunidades Wayuu en La Guajira (Colômbia). Una propuesta para el uso de las redes sociales como herramienta de análisis de desarrollo. *Revista Desenvolvimento em Questão*, v. 19, n. 57, p. 278-290, out./dez. 2021.
- MORAES, R. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- NOVA IORQUE. *Resolução nº 64/92, de 28 de julho de 2010*. (2010). Dispõe sobre o direito humano à água e ao saneamento. Nova York, EUA. Disponível em: https://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human_right_to_water_and_sanitation_media_brief_por.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.
- ONU. Organização das Nações Unidas. Água potável: direito humano fundamental. Nova York, 2010. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agua-potavel-direito-humano-fundamental>. Acesso em: 15 maio 2021.
- OSTROM, E. *Governing the Commons: The evolution of institutions for collective Action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- REIS, C. A. S.; CARNEIRO, R. O direito humano à água e a regulação do saneamento básico no Brasil: tarifa social e acessibilidade econômica. *Revista Desenvolvimento em Questão*, Editora Unijuí, v. 19, n. 54, p. 123-142, 2021.
- RICKS, J. I. Building participatory organizations for common pool resource management: water user group promotion in Indonesia. *World Development*, v. 77, p. 34-47, 2016.
- ROBINS, S. “Day Zero”, hydraulic citizenship and the defence of the commons in Cape Town: a case study of the politics of water and its infrastructures (2017-2018). *Journal of Southern African Studies*, 2019, DOI: 10.1080/03057070.2019.1552424
- RUIZ-BALLESTEROS, E.; GÁLVEZ-GARCIA, C. Community, common-pool resources and socio-ecological systems: water management and community building in Southern Spain. *Human Ecology*, v. 42, p. 847-856, 2014.
- SARKER, A. *et al.* User self-governance in a complex policy design for managing water commons in Japan. *Journal of Hydrology*, v. 510, p. 246-258, 2014.
- SCHLAGER, E.; HEIKKILA, T. Left high and dry? Climate change, common-pool resource theory, and the adaptability of western water compacts. *Public Administration Review*, v. 71, n. 3, p. 461-470, 2011.
- SCHMIDT, J. J.; MITCHELL, K. R. Property and the right to water: toward a non-liberal commons. *Review of Radical Political Economics*, v. 46, n. 1, p. 54-69, 2014.
- SHARMA, S. K.; VAIRAVAMOORTHY, K. Urban water demand management: prospects and challenges for the developing countries. *Water and Environment Journal*, v. 23, n. 3, p. 210-218, 2009.
- SHIVA, V. *Water wars: privatization, pollution and profit*. London: Pluto Press, 2002.
- THOMPSON, S. C.; STOUTEMYER, K. Water use as a commons dilemma: the effects of education that focuses on long-term consequences and individual action. *Environment and Behavior*, v. 23, p. 314-333, 1991.

TORRACO, R. J. Writing integrative literature reviews: using the past and present to explore the future. *Human Resource Development Review*, v. 15, n. 4, p. 404-428, 2016.

URSI, E. S.; GALVÃO, C. M. Prevenção de lesões de pele no perioperatório: revisão integrativa da literatura. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 14, n. 1, p. 124-131, 2006.

VENOT, J. P. Rethinking commons management in Sub-Saharan West Africa: public authority and participation in the agricultural water sector. *Water International*, v. 39, n. 4, p. 534-548, 2014.

WAGNER, J. R. Water and the commons imaginary. *Current Anthropology*, v. 53, n. 5, p. 617-641, 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION AND THE UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND. *Progress on drinking water, sanitation and hygiene*. 2017. Disponível em: <https://www.who.int/mediacentre/news/releases/2017/launch-version-report-jmp-water-sanitation>. Acesso em: 15 maio 2021.

YAMAMOTO, E. A. F. S. *A coprodução do bem público na prestação de serviços municipais de água*. 2020. 199 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2021.

YAMAMOTO, E. A. F. S.; PEREIRA, J. R.; ALCÂNTARA, V. C. Remunicipalização e coprodução do bem público: perspectivas de gestão dos serviços de água e saneamento. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 25, n. 81, 2020.

YU, H. H. *et al.* Governance of the irrigation commons under integrated water resources management: a comparative study in contemporary rural China. *Environmental Science & Policy*, v. 55, p. 65-74, 2016.

Autora correspondente:

Camila de Assis Silva

Universidade Federal de Lavras. Programa de Pós-Graduação em Administração

Trevo Rotatório Professor Edmir Sá Santos. Lavras/MG, Brasil.

E-mail: camila.silva20@estudante.ufla.br

Todo conteúdo da Revista Desenvolvimento em Questão
está sob Licença Creative Commons CC – By 4.0.